



Uip pode voltar

Ainda há um fio de esperança para que o médico David Uip retome o projeto de assumir o Hospital Santo Amaro, em Guarujá.

Quem conta essa possibilidade é o presidente da Associação Santamarense de Beneficência (mantenedora da unidade), Urbano Bahamonde. Ele deve retomar o contato com Uip, que está viajando, dentro de um mês.



Água em Guarujá

Considerando o editorial publicado na última quarta-feira, a Sabesp reafirma que a qualidade da água distribuída no Guarujá é absolutamente potável e segura para o consumo.

Informamos que no período de 2007 a 2008 (laudos apresentados no processo judicial), foram realizadas mais de 2.500 análises e o resultado final de todas análises comprovou o atendimento integral do previsto na portaria 518 do Ministério da Saúde.

Salientamos ainda que nos casos anômalos previstos na portaria e que podem ocorrer em qualquer sistema de abastecimento de água, foram efetuadas as coletas, não se confirmando alterações nos padrões de potabilidade. É preciso que seja feita uma discussão qualificada sobre o assunto, assim como a apresentada pelo professor doutor Aristides de Almeida Rocha, da Faculdade de Saúde Pública da USP, que atesta a potabilidade da água da Sabesp no Guarujá. Os laudos do professor comprovam que a qualidade da água distribuída pela Sabesp podem ser atestadas por qualquer laboratório renomado do mundo.

UMBERTO CIDADE SEMEGHINI - DIRETOR DE
SISTEMAS REGIONAIS DA SABESP



Região questiona critérios de repasse

IRANDY RIBAS - 09/11/2007

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Transparência é uma característica fundamental para que a sociedade saiba onde os recursos públicos estão sendo investidos. É essa atitude que as prefeituras da Baixada Santista deverão começar a cobrar da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em relação ao repasse dos royalties referentes à exploração de petróleo e gás natural.

Como explicar o fato de Santos receber R\$ 4,2 milhões, em 2006, e no ano seguinte, apenas R\$ 18 mil? Qual o motivo da Baixada ter perdido R\$ 5,9 milhões neste primeiro trimestre ao comparar com o mesmo período de 2008 (queda de 51,8%)?

A secretária de Economia e Finanças de Santos, Mirian Cazeira Diniz, também não sabe a resposta. Ela define os recursos como uma "verdadeira caixinha de surpresas".

Segundo a representante do Poder Executivo, "a Secretaria já enviou ofícios para o órgão solicitando explicações sobre os motivos que levaram à diferença dos repasses, mas nunca teve resposta".

Diante disso, Mirian afirma que Santos não pode contar com a compensação para planejar o orçamento, porque a variação de valores é grande, como pode ser observado na tabela abaixo.

"Para Santos, os royalties não são um recurso essencial, como acontece com alguns locais do Rio de Janeiro. Precisamos ter a responsabilidade de atender à população, independentemente disso", diz.

Atualmente, os royalties não utilizados pela Prefeitura de Santos para custear despesas da área de meio ambiente, apesar de não serem suficientes para financiar programas específicos.

"Embora não tenhamos uma dependência forte, eles são muito bem vindos, porque deixamos de utilizar recursos próprios para executar serviços, co-



Maior beneficiária da região, Bertioga deixou de ganhar R\$ 2,17 milhões em comparação ao ano anterior

IRANDY RIBAS - 25/04/2008



Mirian: maior transparência

RAIMUNDO ROSA - 09/10/2008



Dinho: revisão de contratos

IRANDY RIBAS



Orlandini: administração enxuta

mo coleta de lixo, que é essencial para a população, e educação ambiental", completa.

PREJUÍZO

O secretário de Finanças de Cubatão, Adeildo Heliodoro dos Santos; o Dinho, explica que o Município recebeu R\$ 29,6 milhões a menos nos dois

primeiros meses do ano do que estava previsto no orçamento. A queda do repasse dos royalties, assim como de Imposto de Renda, ICMS e FPM, representaram cerca de um terço desse prejuízo.

Para contornar essa situação, a saída encontrada foi cortar horas extras e revisar contratos aci-

ma de R\$ 500 mil. "Essas medidas foram necessárias para melhorarmos a gestão dos recursos e equacionarmos as perdas, que foram muito grandes", frisa ele, que reassumirá o mandato como vereador nesta semana.

TRANQUILIDADE

O prefeito de Bertioga,



Repasses

Local	2008	2009	Varição (em %)
Bertioga	5.453.364,31	3.277.332,98	-39,9
Cubatão	3.399.083,62	2.128.446,81	-37,3
Guarujá	108.935,56	4.085,55	-96,2
Itanhaém	4.172,63	3.676,2	-11,8
Mongaguá	3.593,09	3.165,61	-11,8
Peruíbe	3.709	3.267,74	-11,8
Praia Grande	141.563,34	32.831,52	-76,0
Santos	2.148.282,03	4.089,95	-99,8
São Vicente	141.563,34	32.831,52	-76,8
Total Baixada	11.404.266,92	5.487.727,88	-51,8
São Paulo	1.136.553,28	1.001.334,95	-11,8
Brasil	2.417.962.858,74	1.664.108.891,81	-31,1

Fonte: Agência Nacional do Petróleo

Definição e cálculo dos valores

>>O que é?

Royalties são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis.

>>Como é a distribuição

Os royalties são distribuídos a estados, municípios, Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e fundo especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa aos estados e municípios de

acordo com os critérios definidos na Lei do Petróleo (9.478/97). O controle e sua distribuição é de responsabilidade da ANP.

>>Cálculo

O pagamento é feito mensalmente. Os royalties incidem sobre a produção mensal do campo produtor. O valor a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores: alíquota dos royalties do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%; a produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo; e o preço de referência destes hidrocarbonetos no mês.

Mauro Orlandini (DEM), diz que o repasse de royalties caiu R\$ 2,2 milhões neste ano em relação ao primeiro trimestre de 2008. No entanto, afirma que essa diferença não trouxe grandes impactos "por

fazer uma administração enxuta e racional".

O representante do Executivo explica ainda que conseguiu fazer economia nesses primeiros meses sem perder a qualidade na prestação de serviços à população da Cidade.



Câmara Municipal de Guarujá

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Tribuna

,Segunda-Feira, 22 de Abril de 2009

Histórico dos repasses (em R\$)

Cidade	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1999-2008
Bertioga	609.258,05	537.770,47	644.900,20	8.319.367,92	13.125.666,44	14.895.737,33	17.249.115,86	19.016.650,81	17.429.784,60	23.119.834,53	114.948.086,21
Cubatão*	1.562.805,43	3.166.181,51	4.256.596,95	919.352,16	669.316,12	687.620,09	732.322,74	1.042.221,58	6.033.460,60	13.733.141,92	32.803.019,10
Guarujá	8.813,51	7.773,68	9.170,65	40.472,10	16.557,50	43.456,86	55.440,52	273.062,13	18.090,20	121.356,62	594.193,77
Itanhaém	7.271,13	6.413,26	7.634,98	8.788,52	14.073,86	13.888,56	14.594,02	16.583,57	15.369,22	15.351,54	119.968,66
Mongaguá	5.949,11	5.247,22	6.327,14	7.495,90	12.004,18	11.846,12	12.447,81	14.144,79	13.109,04	13.219,38	101.790,69
Peruíbe	6.830,45	6.024,59	7.176,69	8.268,78	13.246,00	13.071,57	13.735,53	15.608,06	14.465,15	13.645,83	115.072,65
Praia Grande	32.430,31	60.311,17	71.597,47	112.006,25	131.149,72	156.540,17	174.267,68	408.088,60	143.229,41	241.397,75	1.531.018,53
Santos	8.813,51	7.773,68	9.170,65	474.187,84	16.557,50	934.145,30	1.056.245,95	4.272.250,29	18.239,77	2.159.149,20	8.956.533,69
São Vicente	68.378,54	60.311,17	71.597,47	112.006,25	131.149,72	156.540,17	174.267,68	408.088,60	143.229,41	241.397,75	1.566.966,76
Total Baixada Santista	2.310.550,04	3.857.806,75	5.084.172,20	10.001.945,72	14.129.721,04	16.912.846,17	19.482.437,79	25.466.698,43	23.828.977,40	39.658.494,52	160.733.650,06

Fonte: ANP



Especialista vê cálculos ocultos por 'caixa preta'

■ O professor do Departamento de Política Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Alcimar de Almeida Silva, diz que o repasse dos royalties feito pela ANP é uma verdadeira caixa preta. Ele recomenda aos prefeitos potiguares unirem forças para fiscalizar os dados da ANP, porque estão se aproveitando muito da queda desse repasse, que é essencial para o custeio das despesas com a máquina pública

da maioria das cidades do Estado.

O docente explica que a queda dessa compensação aconteceu em todo o País, devido à diminuição do valor do barril de petróleo, calculado em dólares. Há cerca de um ano, custava quase US\$ 150,00, enquanto no início deste ano estava na casa de US\$ 40,00.

"Acredito que isso é o reflexo combinado de uma possível redução do consumo mundial de combustíveis, devido à recessão global e do ajuste do preço

sobrevalorizado do produto", afirma ele, que é especialista em royalties.

VOLUME PRODUZIDO

O pesquisador do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, Rafael Aviz de Vasconcelos, diz que a diminuição poderia ser ainda maior, caso o dólar se mantivesse estável na casa dos R\$ 1,70. "Com o aumento (do dólar) houve uma compensação, uma vez que passou para R\$ 2,40".

No caso específico de Santos, o docente constatou que a principal justificativa para o Município receber mais de R\$ 2 milhões desse tipo de recursos no primeiro trimestre do ano passado é o fato de possuir instalação para a movimentação de embarque e desembarque de petróleo e/ou gás natural, "o que não ocorre sempre".

Além da cotação internacional do valor do barril, outros aspectos são levados em consideração para calcular os royalties, como o volume produzido

e a taxa de câmbio, conforme o consultor da empresa DAD Engenharia e Serviço Ltda. e pesquisador da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), Lidorio de Mello.

"Apesar do Estado de São Paulo ter conseguido repor suas reservas nos últimos anos, muitos campos mudaram de lugar, provocando queda na receita das cidades que ainda não iniciaram a produção dos gigantescos campos (de petróleo e gás natural) recentemente descobertos", afirma.

Sem responsabilidade

A assessoria de imprensa da ANP foi enfática ao informar que o órgão "tem a responsabilidade de apenas realizar os cálculos e a distribuição desses valores" e que por esse motivo nenhum diretor ou funcionário está autorizado a justificar os motivos que levaram a queda do repasse de royalties para a Baixada